
Ano Letivo 2020-21

Unidade Curricular DIREITO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Cursos TURISMO (2.º ciclo)
RAMO TURISMO, CULTURA E PATRIMÓNIO

Unidade Orgânica Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo

Código da Unidade Curricular 17841022

Área Científica DIREITO

Sigla

Línguas de Aprendizagem Português-PT.

Modalidade de ensino Presencial e à distância.

Docente Responsável Virgílio Miguel Rodrigues Machado

DOCENTE	TIPO DE AULA	TURMAS	TOTAL HORAS DE CONTACTO (*)
Virgílio Miguel Rodrigues Machado	OT; TP	TP1; OT1	30TP; 5OT

* Para turmas lecionadas conjuntamente, apenas é contabilizada a carga horária de uma delas.

ANO	PERÍODO DE FUNCIONAMENTO*	HORAS DE CONTACTO	HORAS TOTAIS DE TRABALHO	ECTS
1º	S1	30TP; 5OT	140	5

* A-Anual;S-Semestral;Q-Quadrimestral;T-Trimestral

Precedências

Sem precedências

Conhecimentos Prévios recomendados

Noções básicas de Direito.

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências)

Avaliação da estrutura e processos dos recursos do património cultural, numa perspetiva sistémica e jurídica.

Análise relações jurídicas existentes entre Estados, organizações internacionais e nacionais, empresas e particulares sobre património cultural.

Avaliação das especificidades de cada uma das componentes do sistema jurídico do património cultural nas suas interações com o turismo

Apresentação de ferramentas e estratégias de gestão, planeamento e ordenamento que podem ser utilizadas para a competitividade, transversalidade e sustentabilidade dos recursos turísticos de património cultural.

Conteúdos programáticos

1. Noção e âmbito do direito do património cultural. Preliminares.
- 1.2. Direito do património cultural e outros ramos de direito.
2. Fontes de Direito do Património Cultural.
 2. 1. O quadro constitucional.
 - 2.2. Direito internacional do património cultural. Convenções internacionais. O direito comunitário.
- 2.3. Direito Interno. A Lei de Bases do Património Cultural. Património cultural material e imaterial.
 - 2.3.1. Enquadramento institucional.
 - 2.3.2. Diplomas legais relevantes.
- 3.3. Direito do Património Cultural e Turismo.
 - 3.3.1. Perspetiva Sistemológica.
 - 3.3.2. Interações no domínio do ordenamento do território.
 - 3.3.2. Interações no domínio das empresas turísticas.
4. Estudos de caso.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Pretende-se que esta unidade curricular permita aos estudantes compreenderem todo o quadro legal inerente ao direito do património cultural nacional e internacional na sua interação com o turismo, suscitando o debate a reflexão sobre os problemas atuais e futuros do sector. Os mestrandos deverão desenvolver capacidades de sistematização, análise crítica, oralidade e interatividade.

No final da unidade curricular espera-se que o mestrando seja capaz de:

Compreender a estrutura e a dinâmica do direito do património cultural;

Entender como o sistema jurídico do direito do património cultural funciona na relação com o turismo;

Identificar as relações jurídicas substanciais e processuais entre agentes públicos e privados nas relações com o património cultural e com o turismo.

Apreender os principais problemas atuais e futuros do direito do património cultural em território nacional e internacional.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Método expositivo, com debate/interpretação do texto jurídico, metodologia sistémica e estudos de caso.

Avaliação da UC:

- Componente de Avaliação por Frequência CAF (peso 100%)
- Avaliação da CAF: Teste: 50% - Trabalho individual:50%.
- O estudante tem de cumprir com o dever de assiduidade, não podendo faltar a mais do que 25% das horas de contacto previstas.
- Dispensa de exame: CAF \geq 10 valores

A admissão ao exame de época normal implica a obtenção de uma nota de CAF igual ou superior a 6 valores . CAF-componente de avaliação por frequência.

- Na época de exame de época normal, de recurso, especial de conclusão de curso ou melhoria de classificação, o resultado do exame corresponde a 100% da nota da UC.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia de ensino sistémica é considerada a mais apropriada ao ensino e aplicação do Direito, seja para o enquadramento dos agentes e suas acções, bem como relações que estabelecem, factos, processos e garantias aplicáveis, seja ainda para sua aplicação a estudos de caso, em que o aluno é confrontado para a resolução de problemas concretos advenientes do enquadramento dos factos ao Direito.

A contextualização, a oralidade e a interactividade entre vários quadros legais serão estimuladas ao longo das aulas através de comparações, homologias e analogias que despertarão a compreensão do Direito do Património Cultural como um todo sistémico nas suas relações com a actividade turística.

Bibliografia principal

Cabral, Clara, B., (2011), Património Cultural imaterial- Convenções da UNESCO e seus contextos, Lisboa, Edições 70.

Nabais, J.C., (2010), Introdução do Direito do Património Cultural, Coimbra, Almedina.

Preto, F.P. (2008), O Património Cultural no Planeamento e no Desenvolvimento do Território, Aveiro, Lugar do Plano.

Machado, V. (2010), Direito e Turismo como instrumentos de poder- os territórios turísticos, Santo Tirso, Editorial Novembro.

Correia, M.; Lopes, F. (2014), Política Cultural: Critérios e normas internacionais de protecção, Lisboa, Caleidoscópio.

Academic Year 2020-21

Course unit CULTURAL HERITAGE LAWS

Courses TOURISM
BRANCH TOURISM, CULTURE AND HERITAGE

Faculty / School SCHOOL OF MANAGEMENT, HOSPITALITY AND TOURISM

Main Scientific Area

Acronym

Language of instruction Portuguese-PT.

Teaching/Learning modality Presential and Distance learning

Coordinating teacher Virgílio Miguel Rodrigues Machado

Teaching staff	Type	Classes	Hours (*)
Virgílio Miguel Rodrigues Machado	OT; TP	TP1; OT1	30TP; 5OT

* For classes taught jointly, it is only accounted the workload of one.

Contact hours

T	TP	PL	TC	S	E	OT	O	Total
0	30	0	0	0	0	5	0	140

T - Theoretical; TP - Theoretical and practical ; PL - Practical and laboratorial; TC - Field Work; S - Seminar; E - Training; OT - Tutorial; O - Other

Pre-requisites

no pre-requisites

Prior knowledge and skills

Basic notions of Law.

The students intended learning outcomes (knowledge, skills and competences)

Evaluation of the structure and processes of cultural heritage resources in a systemic and legal perspective.

Analysis existing legal relationships between States, international organizations and national companies and individuals on cultural heritage.

Evaluation of the specific characteristics of each of the components of the legal system of cultural heritage in their interactions with tourism.

Presentation management tools and strategies, planning and legal system that can be used for competitiveness, sustainability and mainstreaming of touristic cultural heritage resources.

Syllabus

1. The concept and scope of cultural heritage law. Preliminary.
- 1.2. Cultural heritage Law and other fields of law.
2. Sources of Cultural Heritage Law.
 2. 1. The constitutional framework.
 - 2.2. International cultural heritage law. International conventions. Community law.
 - 2.3. Internal Law. The Law of Bases of Cultural Heritage. Material and immaterial cultural heritage.
 - 2.3.1. Institutional framework.
 - 2.3.2. Relevant legislation.
- 3.3. Cultural Heritage Law and Tourism.
 - 3.3.1. Systematic Perspective.
 - 3.3.2. Interactions in the field of spatial planning.
 - 3.3.3. Interactions in the field of tourism enterprises.
- 4 . C a s e s t u d i e s .

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's learning objectives

It is intended that this course allows students to understand all the legal framework inherent right of national and international cultural heritage in its interaction with tourism, raising the debate to discuss the current and future problems of the sector. Master students should develop systematic capabilities, oral and critical analysis, and interactivity.

At the end of the course it is expected that the graduate student is able to:

Understand the structure and dynamics of cultural heritage law;

Understand how the legal system of cultural heritage law operates in relation to tourism;

Identify the substantive and procedural legal relationships between public and private agents in dealing with the cultural heritage and tourism;

Grasping the main current and future problems of cultural heritage law at the national and international territory.

Teaching methodologies (including evaluation)

Expositive method, with debate / interpretation of the legal text, systemic methodology and case studies.

CU evaluation:

- Frequency Assessment Component FAC (100%)
- FAC evaluation: Test: 50% ; Individual work:50%).
- The student must comply with the duty of assiduity, and cannot miss more than 25% of the hours of contact provided.
- Dismissed from the exam: FAC \geq 10 values

Admission to the exam during the 'época normal' period: a final CA grade of \geq 6 is needed.

- Exams (1st call; 2nd call, special call or grade improvement. 100% of the classification in the CU
-

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

Systemic teaching methodology is considered the most appropriate teaching and application of the law, either for the framework of agents and their actions and relationships established, facts, relevant procedures and guarantees, is also to their application to case studies, in which the student is confronted to solve concrete problems from the framework of the facts to the law.

The contextualization, orality and interactivity between various legal frameworks will be encouraged during classes through comparisons, homologies and analogies that will awaken the understanding of the Law of Cultural Heritage as a systemic whole in its relations with the tourism.

Main Bibliography

Cabral, Clara, B., (2011), Património Cultural imaterial- Convenções da UNESCO e seus contextos, Lisboa, Edições 70.

Nabais, J.C., (2010), Introdução do Direito do Património Cultural, Coimbra, Almedina.

Preto, F.P. (2008), O Património Cultural no Planeamento e no Desenvolvimento do Território, Aveiro, Lugar do Plano.

Machado, V.(2010), Direito e Turismo como instrumentos de poder- os territórios turísticos, Santo Tirso, Editorial Novembro.

Correia, M; Lopes, F. (2014), Política Cultural: Critérios e normas internacionais de protecção, Lisboa, Caleidoscópio.